



13.6.2012

B7-0309/2012 }  
B7-0311/2012 }  
B7-0313/2012 }  
B7-0318/2012 }  
B7-0322/2012 }  
B7-0325/2012 }  
B7-0328/2012 } RC1

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO COMUM

apresentada nos termos do artigo 122.º, n.º 5 e do artigo 110.º, n.º 4 do Regimento

em substituição das propostas de resolução apresentadas pelos seguintes Grupos:

EFD (B7-0309/2012)  
Verts/ALE (B7-0311/2012)  
S&D (B7-0313/2012)  
ALDE (B7-0318/2012)  
PPE (B7-0322/2012)  
GUE/NGL (B7-0325/2012)  
ECR (B7-0328/2012)

sobre a situação das minorias étnicas no Irão  
(2012/2682(RSP))

**José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Elmar Brok, Filip Kaczmarek,  
Mario Mauro, Potito Salatto, Cristian Dan Preda, Bernd Posselt,  
Tunne Kelam, Roberta Angelilli, Monica Luisa Macovei, Eija-Riitta Korhola,  
Sergio Paolo Francesco Silvestris, Laima Liucija Andrikienė, Elena Bănescu,  
Sari Essayah, Joanna Katarzyna Skrzydlewska, Giovanni La Via,**

RC\905344PT.doc

PE491.928v01-00 }  
PE491.930v01-00 }  
PE491.932v01-00 }  
PE491.937v01-00 }  
PE491.941v01-00 }  
PE491.944v01-00 }  
PE491.947v01-00 } RC1

**Csaba Sógor, Boguslaw Sonik**

em nome do Grupo PPE

**Véronique De Keyser, María Muñoz De Urquiza, Ana Gomes, Kathleen Van Brempt, Josef Weidenholzer, Pino Arlacchi**

em nome do Grupo S&D

**Marietje Schaake, Kristiina Ojulang, Annemie Neyts-Uyttebroeck,**

**Robert Rochefort, Alexander Alvaro, Edward McMillan-Scott,**

**Ramon Tremosa i Balcells, Marielle de Sarnez, Sarah Ludford,**

**Izaskun Bilbao Barandica, Gesine Meissner, Jelko Kacin, Sonia Alfano,**

**Johannes Cornelis van Baalen**

em nome do Grupo ALDE

**Tarja Cronberg, Isabelle Durant, Barbara Lochbihler, Raúl Romeva i Rueda**

em nome do Grupo Verts/ALE

**Charles Tannock, Geoffrey Van Orden, Paweł Robert Kowal**

em nome do Grupo ECR

**Fiorello Provera**

em nome do Grupo EFD

**Cornelia Ernst, Helmut Scholz**

em nome do Grupo GUE/NGL

RC\905344PT.doc

PE491.928v01-00 }

PE491.930v01-00 }

PE491.932v01-00 }

PE491.937v01-00 }

PE491.941v01-00 }

PE491.944v01-00 }

PE491.947v01-00 } RC1

## **Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação das minorias étnicas no Irão (2012/2682(RSP))**

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a situação no Irão, nomeadamente as relativas aos direitos humanos,
  - Tendo em conta a Resolução 16/9 do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que estabelece um mandato de Relator Especial para a situação dos direitos humanos no Irão,
  - Tendo em conta o relatório sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irão pelo relator especial da ONU sobre os direitos humanos no Irão, de 23 de setembro de 2011 e de 6 de março de 2012,
  - Tendo em conta a declaração do porta-voz da VP/AR, Catherine Ashton, sobre o recurso à condenação à pena de morte no Irão, de 30 maio 2012,
  - Tendo em conta o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de todos os quais a República Islâmica do Irão é parte,
  - Tendo em conta o artigo 122.º, n.º 5 e o artigo 110.º, n.º 4 do seu Regimento,
- A. Considerando que a atual situação dos direitos humanos no Irão se caracteriza por um padrão persistente de violação sistemática dos direitos fundamentais; que as minorias no Irão continuam a ser discriminadas e assediadas devido à sua origem étnica ou religiosa; que, nos últimos meses, grupos minoritários se têm manifestado pelos seus direitos, o que tem levado à prisão em larga escala de manifestantes;
- B. Considerando que seis membros da minoria Ahwazi árabe do Irão estão a ser julgados, depois de terem sido detidos sem acusação durante quase um ano devido às suas atividades em nome desta minoria; que existe o receio fundado de que possam não receber um julgamento justo e de que corram o risco de tortura ou de outros maus-tratos;
- C. Considerando que, em 5 de junho de 2012, por exemplo, Mohammed Mehdi Zalieh, um prisioneiro curdo iraniano, morreu na prisão de Rajae Shahr em consequência da deficiente assistência médica prestada pelas autoridades penitenciárias;
- D. Considerando que a Constituição da República Islâmica do Irão prevê formalmente o tratamento justo das minorias étnicas; que, no entanto, na prática, membros de minorias étnicas como os azeris, árabes, curdos e baluches enfrentam uma vasta gama de violações dos direitos humanos e civis, onde se incluem incursões contra os seus direitos de liberdade de reunião, de associação e de expressão;

RC\905344PT.doc

PE491.928v01-00 }  
PE491.930v01-00 }  
PE491.932v01-00 }  
PE491.937v01-00 }  
PE491.941v01-00 }  
PE491.944v01-00 }  
PE491.947v01-00 } RC1

- E. Considerando que é generalizada a discriminação socioeconómica contra pessoas pertencentes a minorias, incluindo o confisco de terras e de propriedades e a negação de emprego, assim como restrições em matéria de direitos sociais, culturais e linguísticos, em violação da Convenção Internacional sobre a eliminação de formas todas de discriminação racial e o Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais;
- F. Considerando que a discriminação contra as minorias étnicas tem um impacto considerável no domínio da educação, já que as escolas em regiões de minorias étnicas são muitas vezes pobres, e as taxas de abandono escolar e de analfabetismo nestas regiões tendem a ser mais elevadas do que a média nacional, o que contribui para a sub-representação das minorias nacionais e étnicas em altos cargos governamentais;
- G. Considerando que as mulheres não-persas enfrentam dupla discriminação enquanto membros de comunidades marginalizadas e mulheres no Irão, onde a lei limita especificamente os seus direitos;
- H. Considerando que, nos últimos anos, se tem registado um aumento dramático do número de execuções, incluindo de jovens; que a pena de morte é regularmente imposta nos casos em que é negada a observância dos direitos processuais ao acusado, por crimes que, segundo a norma internacional, não se inserem na categoria dos crimes mais graves ;
1. Manifesta a sua profunda preocupação face à permanente degradação da situação dos direitos humanos no Irão, inclusive no caso das pessoas pertencentes a minorias étnicas e religiosas, devido à sistemática discriminação política, económica, social e cultural;
  2. Exorta as autoridades iranianas a eliminarem todas as formas de discriminação contra as pessoas pertencentes a minorias étnicas e religiosas, oficialmente reconhecidas ou outras; requer que todas as pessoas pertencentes a uma minoria possam exercer todos os direitos contidos na Constituição iraniana e no direito internacional, incluindo as garantias estabelecidas no Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos e no Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais, de que o Irão é parte;
  3. Insta as autoridades iranianas a garantirem que os membros detidos da minoria árabe do Irão Ahwazi - Mohammad Ali Amouri, Rahman Asakereh, Hashem Shaabni Amouri, Hadi Rashidi, Sayed Jaber Alboshoka e Sayed Mokhtar Alboshoka - sejam julgados de acordo com as normas internacionais de um julgamento justo, protegidos contra a tortura e outros maus-tratos, e sem recurso à pena de morte;
  4. Exorta as autoridades iranianas a libertarem todos os ativistas atualmente encarcerados por defenderem pacificamente os direitos das minorias;
  5. Exorta as autoridades iranianas a respeitarem o direito de as minorias étnicas usarem o seu próprio idioma, em privado e em público, e, nomeadamente, a garantirem que a educação seja ministrada numa língua minoritária, em conformidade com a Constituição da República Islâmica da República do Irão;

6. Apela a que o perito independente das Nações Unidas para as questões das minorias e o relator especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, xenofobia e intolerância afirmem solicitem uma visita ao Irão para apresentar um relatório sobre a situação dos direitos humanos e, em particular, a situação das minorias;
7. Solicita às autoridades iranianas que garantam a liberdade religiosa em conformidade com a Constituição iraniana e o Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos e que ponham termo na prática à discriminação e ao assédio dos muçulmanos não-xiitas, à perseguição sistemática da minoria Baha'i e à aplicação da pena de morte aos convertidos do Islão;
8. Exorta a Comissão a que, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, faça uso efetivo do novo Instrumento para a Democracia e os Direitos Humanos, a fim de assegurar a democracia e o respeito dos direitos humanos no Irão, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a uma minoria;
9. Condena veementemente a utilização da pena de morte no Irão e insta as autoridades iranianas, em conformidade com as Resoluções 62/149 e 63/138 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a instituírem uma moratória sobre as execuções enquanto aguarda a abolição da pena de morte; insta o Governo a proibir a execução de jovens e a comutar todas as penas de morte que os jovens enfrentam atualmente;
10. Reafirma a sua disponibilidade para participar no diálogo sobre direitos humanos com o Irão a todos os níveis, com base em valores universais, tal como consagrado na Carta e nas Convenções das Nações Unidas;
11. Exorta as autoridades iranianas a que demonstrem que estão plenamente empenhadas em cooperar com a comunidade internacional na melhoria da situação dos direitos humanos no Irão; salienta a necessidade de um empenho mais estreito com os mecanismos do Conselho dos Direitos Humanos e de defesa dos direitos humanos das Nações Unidas;
12. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, ao Gabinete do Líder Supremo, ao Governo e ao Parlamento da República Islâmica do Irão;